

CINCO CENÁRIOS MAIS UM

Pedro Ferraz da Costa*

Expresso, 11 Março 2017

1 – Se Juncker, com estes cinco cenários, levar a um debate sério, as opções serão discutidas nas campanhas eleitorais que se avizinham.

Entre nós a integração europeia sempre foi apresentada como o acesso a fundos europeus e a financiamento mais fácil.

2 – Num primeiro cenário – o da continuidade, sem alterar o quadro institucional, a UE concentrar-se-ia em reformas que aumentem o crescimento, o investimento e o emprego e diminuiria a febre regulamentadora que travou o investimento e irritou os eleitores.

Concretizá-lo implica conseguir libertar a Comissão da pressão de grupos de interesses opacos que lideram a agenda.

Num segundo cenário, a UE reduziria políticas comuns concentrando-se no Mercado Único e assegurando a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

Estes dois cenários, se tivessem sido implementados nesta década, teriam evitado o Brexit.

O terceiro cenário – o da Europa a duas velocidades, sempre desejado pelos grandes países do núcleo original reserva aos outros países, membros do Euro ou não, um papel difícil de aceitar. Mesmo os que de facto influenciavam pouco as decisões não tinham de admitir a sua irrelevância perante o seu eleitorado. Este cenário é uma espécie de carro-vassoura para os retardatários.

3 – Se os resultados eleitorais em França, Holanda e Itália reforçarem os antieuropeístas, o quarto cenário – o da redução de funções, será a forma de satisfazer esses eleitores mas pode significar uma devolução que leve à dissolução ou à recondução ao Mercado Comum original.

Numa visão optimista Juncker apresenta um quinto cenário, do federalismo. Assumindo a UE maior responsabilidade orçamental e fiscal, reduzindo o papel dos Ministros das Finanças nacionais na tributação e o dos parlamentos nacionais.

4 – São desconhecidas as opiniões da maioria dos partidos políticos portugueses. Nenhum tem qualquer documento de fundo sobre a sua visão europeia.

Os partidos do “defunto” arco da governação constituíram, a partir do momento em que o CDS deixou de ser euro-céptico, uma base tão alargada de apoio a “mais integração” que dispensou a necessidade de referendar alterações como o Tratado de Maastricht, o Euro e o Tratado de Lisboa e a sua discussão pelo povo e pela sociedade civil, *whatever that means*.

Agora é diferente porque a base de apoio do Governo torna mais difícil ao actual PS usar a receita do passado – nem discutir o assunto.

5 – A posição portuguesa sempre foi pragmática – se nos dá mais dinheiro e acesso a mais crédito é bom. Ajuda a ganhar eleições e a equilibrar a balança.

Cavaco Silva praticou essa política com um duplo objectivo – trocar mais integração por mais fundos, mas também apanhar o pelotão da frente e aproveitar esse desafio para levar o País a um esforço maior do que aquele para que estaria normalmente disponível.

As negociações de adesão já foram norteadas por esse espírito – venha o dinheiro, os problemas resolvem-se depois e construímos uma estratégia para substituir o fim do império.

6 – O Tratado de Maastricht e o Euro serem aprovados assim já foi demais. Recordo a preocupação de Cavaco com o facto de nenhum dos seus colegas no Conselho Europeu saber o que era uma zona monetária, nem o que implicava. E Guterres contava a poupança nas taxas de juro para fazer mais despesa pública e assim chegar à maioria absoluta. O que aliás não conseguiu.

7 – A estratégia europeia de Portugal funcionou até à queda do Muro de Berlim – tornámo-nos no fornecedor de artigos de consumo de baixa tecnologia numa Europa pouco aberta ao exterior. A implosão da União Soviética, a entrada da Europa de Leste na UE e a entrada da China no comércio internacional explicam porque deixámos de crescer e ficámos sem modelo alternativo. É na situação em que ainda estamos.

Não crescemos desde 2000 e não temos qualquer orientação estratégica global para além duns pequenos programas para actividades “trendy” convenientemente ampliados pelos media.

8 – Se a situação já é preocupante, pior é a ligeireza com que se fala da saída do Euro e até da UE.

Ter moeda própria implica uma política orçamental exigente e confiável e uma política cambial alinhada com o Euro ou, em cenários mais radicais, com um novo marco. Conhecendo a vida nacional não acredito.

Significaria para as empresas mergulhar na incerteza cambial, não poder prever e realizar vendas a prazo nem planear custos de investimento. Seria receita eficaz para os que ambicionam uma economia totalmente estatizada e estão para isso dispostos a suportar uma desvalorização real de 30 ou 40% e uma baixa real de salários várias vezes superior à da Troika.

Feliz ou infelizmente não vamos ter grande papel nestas decisões futuras.

É louvável ter um plano de contingência para a hipótese de terramoto mas ir à procura dele por iniciativa própria demonstra o desconhecimento dos riscos associados e o desperdício das oportunidades que a UEM nos abriu e que desperdiçámos e continuamos a desperdiçar por sermos mal governados.

* Presidente do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade